

Juro corrói economia do governo

Superávit do setor público bate com folga meta acertada com o FMI, mas não é suficiente para cobrir serviço da dívida

BRASÍLIA – A economia do governo brasileiro, nos nove primeiros meses do ano, não foi suficiente para cobrir o pagamento de juros. Entre janeiro e setembro, o setor público consolidado – soma das contas do governo central, estados, municípios e estaduais – poupou R\$ 69,7 bilhões. As despesas com juros, no entanto, somaram R\$ 95,2 bilhões. Em setembro, o superávit primário foi de R\$ 6 bilhões, contra R\$ 11,4 bilhões gastos com o pagamento de juros. Desde o mês de abril, a economia feita pelo governo não consegue fazer frente ao gasto com juros.

Até setembro, o superávit primário do setor público superou em R\$ 12,87 bilhões a meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O superávit nos nove meses equivale a 5,6% do PIB (Produto Interno Bruto, soma de todas as riquezas produzidas em um país). A meta com o FMI, acertada no ano passado, previa uma economia de R\$ 56,9 bilhões neste período (equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto, soma de todas as riquezas geradas no país). E de R\$ 71,5 bilhões até o final do ano. No fim do mês passado, a meta do superávit foi elevada em 0,25 ponto percentual, para 4,5% do PIB. O valor ajustado da meta deverá ficar em torno de R\$ 75,5 bilhões, segundo estimativa do secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy.

A dívida líquida do setor público atingiu, em setembro, R\$ 940,5 bilhões, o que representa 53,7% do PIB, uma melhora em relação ao mês passado, quando a dívida somou R\$ 941,3 bilhões (54% do PIB). No ano, a relação dívida/PIB já caiu cinco pontos percentuais, mas permanece acima do patamar considerado ideal pelos analistas (50%

do PIB). Sinal de que o governo será forçado a manter o cinto apertado e seguir repesando investimentos necessários ao crescimento econômico.

Na comparação mês a mês, o superávit do governo caiu, em setembro, contra o resultado de agosto (R\$ 10,9 bilhões). Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, como aconteceu em todos os anos, essa economia é mais forte nos primeiros nove meses para compensar os déficits sazonais de fim de ano, quando ocorre maior liberação de recursos do Orçamento e de verbas para investimentos. E a tendência é de que o governo tenha mais despesas do que receitas nos próximos meses.

Devido à diferença entre o que o governo economiza e o que paga de juros, o déficit nominal voltou a crescer em setembro e chegou a R\$ 5,4 bilhões no período. Em agosto, o déficit foi de apenas R\$ 600 milhões.

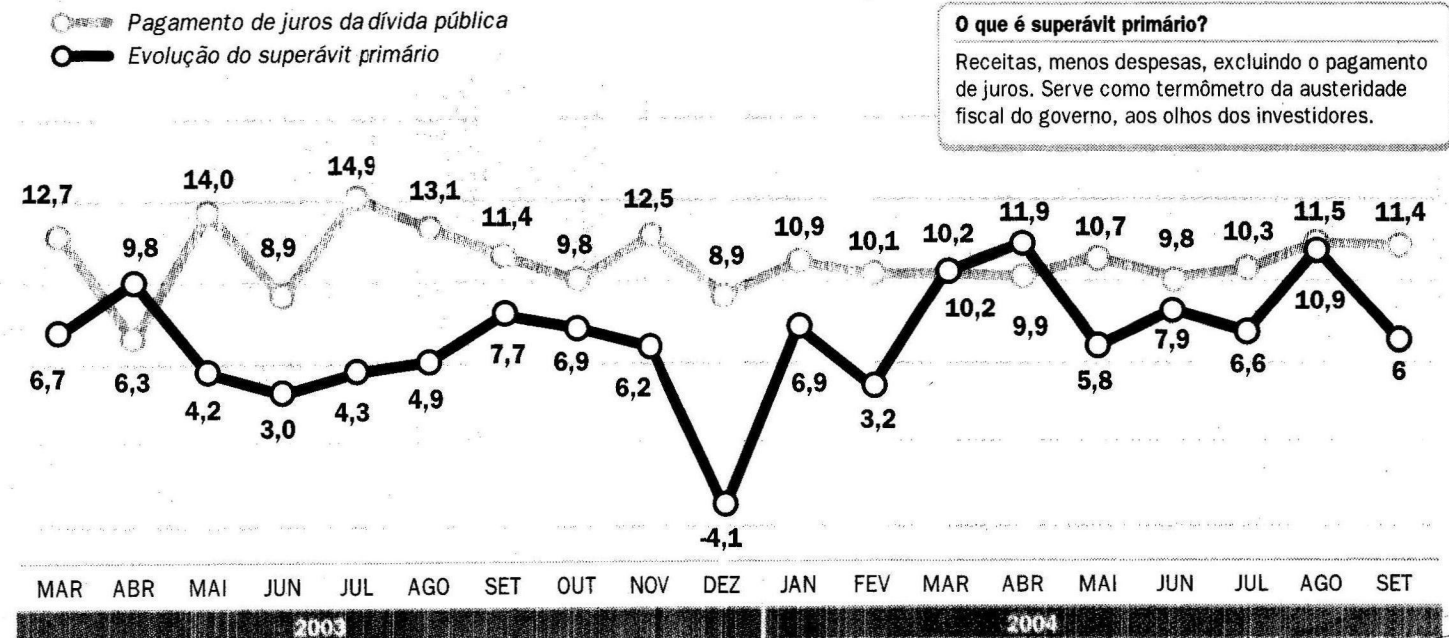
No acumulado do ano, o déficit nominal das contas públicas soma R\$ 25,5 bilhões – 2,05% do PIB. No mesmo período do ano passado, o déficit era de 5,12% do PIB.

No mês passado, o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) contribuiu com o superávit primário de R\$ 4,1 bilhões para o resultado consolidado, enquanto os governos estaduais e municipais fizeram uma economia de R\$ 1,94 bilhão. As empresas estatais tiveram um superávit de apenas R\$ 1 milhão. No acumulado do ano, a economia chega a R\$ 47,5 bilhões no governo central, R\$ 15,1 bilhões dos governos regionais e R\$ 7,1 bilhões das estatais.

Com Investnews e Folhapress

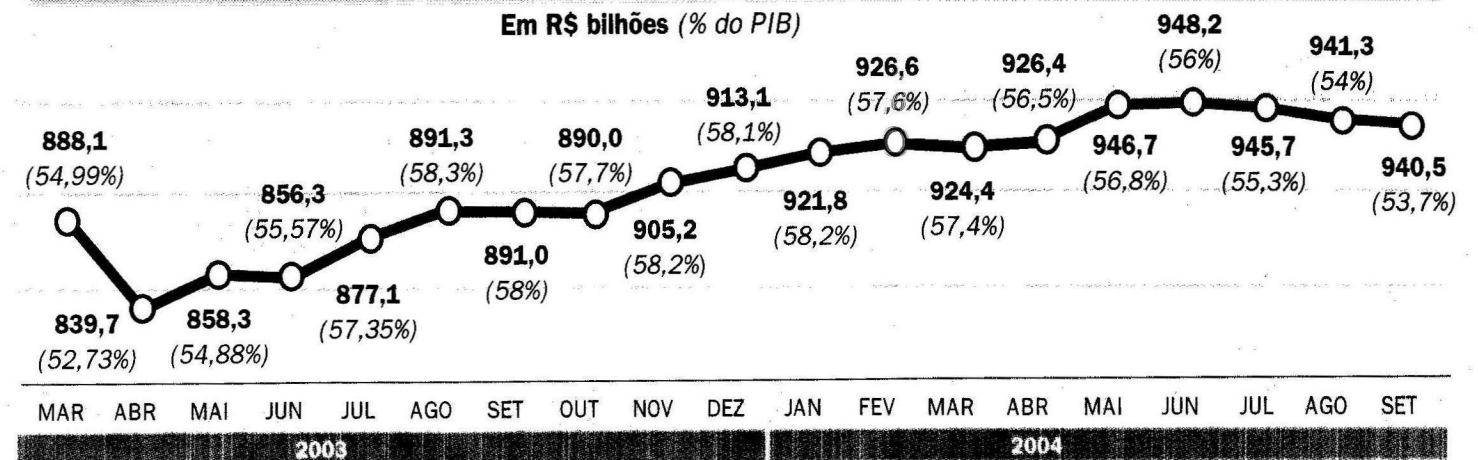
Alívio nas contas públicas

(em R\$ bilhões)



EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

Em R\$ bilhões (% do PIB)



Fonte: Banco Central